

A QUESTÃO AGRÁRIA NA BOLÍVIA

Heloisa Marques Gimenez¹

Resumo: O presente artigo faz apresenta um quadro da questão agrária e fundiária boliviana, que é elemento chave para se entender as disputas políticas que ocorrem na Bolívia atual que se desenvolve o Governo Evo Morales. Ele inicia tratando de dois temas importantes da história deste país: a herança do Império Inca; e a Revolução de 1952 e o seu processo de reforma agrária. Esta Reforma Agrária ocorreu na região do altiplano boliviano e atendeu a reivindicação das massas camponesas desta região e, ao mesmo tempo, deu início ao avanço do latifúndio agroexportador na região de Santa Cruz de La Sierra (chamada de Terras Baixas), onde ocorreu a expansão da agricultura de commodities. Estes elementos históricos são fundamentais para entender as disputas atuais que ocorrem entre as principais forças políticas em disputa no cenário político e econômico: as organizações camponesas-indígenas-originárias, e o setor exportador de commodities, principalmente, gás e soja.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Produção de Soja; Bolívia.

***Abstract:** The article presents a picture of the agrarian question in Bolivia, which is key to understanding the political disputes that occur in the current Bolivia that develops the government Evo Morales. He starts dealing with two major themes of the history of this country: the legacy of the Inca Empire; and the 1952 Revolution and its land reform process. This Agrarian Reform occurred in the region of the Bolivian plateau and attended revindication of the peasant masses of the region and at the same time, kicked off the advance of agro-export landowners in the region of Santa Cruz de La Sierra (called Lowlands), where the expansion occurred the*

¹Mestre em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (PROLAM/USP), bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus Franca), residiu na Bolívia de julho de 2009 a maio de 2010 durante pesquisa de campo para a dissertação de mestrado.

commodity agriculture. These historical elements are fundamental to understand the current disputes that occur between the main political forces in contention in the political and economic environment: the peasant-indigenous-originating organizations, and the export sector of commodities, mainly gas and soybeans.

Keywords: *Agrarian reform; Soy Production; Bolivia.*

Introdução

A questão da terra na Bolívia tem passado por transformações importantes desde a década de 50 do século XX. Um dos únicos países da América Latina que fez reforma agrária – a partir de sua revolução nacionalista que ocorreu em 1952 – segue sendo um dos mais pobres do continente e importador de alimentos. A história da terra, nesse país mediterrâneo, não se dá silenciosamente; sua distribuição, posse e cultivo sempre ocorreram em meio a disputas entre sua elite e população, mediada por seus governos, quais querem fossem seus projetos políticos. 1952 trouxe ao cenário político do país as camadas médias intelectualizadas, o pensamento de esquerda e as organizações sociais - nesse marco elas deixaram claro, e o fazem até hoje, que na Bolívia não se faz política de costas para o povo.

No entanto, há muito que se discutir sobre os projetos de país que foram sendo propostos, e em relação à terra não é diferente. A mesma reforma agrária que na década de 50 distribuiu terras no ocidente do país sob um discurso socializante, impulsionou uma agroindústria latifundista, monocultora e voltada para exportação na região oriental. Nesse entremeio, a Bolívia teve sua dinâmica agrária conduzida pelas políticas de organismos internacionais e projetos do Banco Mundial, que abarcam desde a distribuição da terra nos marcos da pequena propriedade e contemplação de certas demandas de movimentos sociais até como a produção em larga escala que faz do país hoje um dos quatro maiores exportadores de soja do mundo. Cinquenta e sete anos depois do seu primeiro decreto de reforma agrária, sob um governo de base popular, a ambiguidade de sua estrutura fundiária e a questão do modelo de desenvolvimento do campo seguem sendo temas da maior dificuldade na condução política do país.

Neste artigo pretendemos olhar para a Questão Agrária na Bolívia a partir dos conceitos fornecidos por este campo de estudo ao longo de sua história agregando-os às particularidades da trajetória e do presente deste complexo país, as quais pudemos apreender durante extenso período de pesquisa de campo

ali realizado. Ao passo que o país se insere na produção e comércio de *commodities* a nível mundial, correspondendo a um desenvolvimento capitalista da agricultura no campo, trava uma luta cotidiana com sua população majoritariamente indígena – oriunda de uma civilização própria anterior à chegada espanhola, hoje componentes de um campo político juntamente com outros setores da sociedade civil que foi se constituindo como boliviana na sua pluriculturalidade – numa disputa de modelo agrário, produtivo e até mesmo societário.

Essa descrição em muito corresponde à base eleitoral de Evo Morales e também às suas pautas de governo, colocando o país como um expoente no continente no que se refere a transformações em benefício à maioria de sua população e como fruto de reivindicações próprias. É inegável que a Bolívia pauta um debate hoje em dia com mais legitimidade do que já lhe foi conferido no passado, e isso atribuímos às suas recentes décadas de luta que revelam um novo processo contemporâneo, mas também às bases de formação da sua sociedade, à sua história. Consideramos que o "salto qualitativo" na direção da integração ampla dos setores sociais bolivianos em torno de seu projeto de país foi o momento histórico da Reforma Agrária ocorrida em 1953. A partir de então já não se escondia o caráter da sociedade boliviana e as suas demandas. Por isso escolhemos trabalhar este recorte histórico de maneira mais pormenorizada, inserindo dados econômicos, sociais e políticos a seu respeito, após uma breve exposição sobre as noções aportadas dos estudos de Questão Agrária. Na seqüência trazemos os dados mais marcantes da Questão Agrária no país nos últimos trinta anos, para então contextualizar o rico momento atual na história boliviana.

A Questão Agrária como aporte teórico

A Questão Agrária refere-se a um conjunto de problemas e contradições gerados pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. Tais problemas implicam numa oposição entre o modelo capitalista de desenvolvimento do campo e a superação dele. Esse desenvolvimento capitalista necessariamente gera lutas em sua oposição (MANÇANO, 2006b).

No nosso estudo, partimos do debate histórico acerca da Questão Agrária, mas principalmente do acesso que tivemos a ele no que diz respeito à realidade brasileira. Observando o desenvolvimento do capitalismo no campo no Brasil, considerando a natureza mundial do capital e do capitalismo, é que ousamos arriscar uma interpretação acerca do desenvolvimento do capitalismo no campo na Bolívia contemporaneamente. Ainda que a Bolívia seja um universo bastante

distinto do brasileiro, o seu desenvolvimento, na medida em que inserido no mundo capitalista, pôde ser apreendido a partir do debate da Questão Agrária. Através de suas ferramentas, inclusive, pudemos detectar as peculiaridades bolivianas no processo de desenvolvimento homogeneizador que observamos com as décadas de neoliberalismo.

Sendo assim, é dentro dos estudos de Questão Agrária que encontramos aportes teóricos que permitem compreender o desenvolvimento do sistema capitalista em geral, e no campo em específico, ao longo da história, podendo olhar para a Bolívia dentro de um contexto mais amplo.

O conceito "questão agrária" pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Na literatura política, o conceito "questão agrária" sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na Sociologia, o conceito "questão agrária" é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola. Na Geografia, é comum a utilização da expressão "questão agrária" para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Na História, o termo "questão agrária" é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra (STÉDILE, 1994, p.21).

Aqui utilizaremos conjuntamente as explicações que nos ajudem a compreender a divisão, ocupação, as relações sociais e de produção no campo boliviano. Em uma definição abrangente,

A questão agrária resulta de um conjunto de problemas gerados pelo processo de acumulação capitalista e pelo desenvolvimento da agricultura e da pecuária, em particular. Na América Latina, está relacionada com a estrutura fundiária intensamente concentrada e com os processos de expropriação e exclusão dos camponeses, nas diversas modalidades em que produzem suas condições de sobrevivência. A resistência a esses processos se expressa na luta pela terra, pela reforma agrária e por condições dignas de trabalho.

Estabelece-se assim um confronto entre as necessidades de um capitalismo voltado para o consumo de luxo e a exportação e as necessidades da massa de trabalhadores do campo, resultando em enfrentamentos violentos que marcam a questão agrária no continente (MANÇANO, 2006b, p.46).

O universo da Questão Agrária também nos ajuda aqui a conceituar os objetos estudados, no caso, no universo rural; assim adotamos a denominação "agronegócio" como a indústria agrícola necessariamente voltada à produção de *commodities* para o mercado internacional.

O conceito de agronegócio (*agrobusiness*) surgiu em meados do século XX nos Estados Unidos. A ideia era construir uma política para incrementar a participação do produtor familiar no mercado. A ênfase no mercado tornou-se a prioridade, destituindo assim a importância das outras dimensões do desenvolvimento. Essa ideia veio ao encontro dos interesses da agricultura capitalista e foi completamente incorporada pelas grandes empresas agroindustriais [...]. Agronegócio, de fato, é apenas o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista implantada desde a década de 50. Observando atentamente, compreende-se que esse modelo não é novo: sua origem está no sistema de *plantation*, ou agroexportador, em que grandes propriedades eram utilizadas na produção para exportação. Ao longo das diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo, esse modelo passou por modificações e adaptações, intensificando a exploração da natureza e do campesinato. O agronegócio representa a mais recente fase do capitalismo na agropecuária, marcada pelo controle estratégico do conhecimento, da produção e do mercado, com o uso de tecnologia de ponta. Na América Latina, a noção de agronegócio difundiu-se na década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundiária da agricultura capitalista (MANÇANO, 2006a, p.54).

Sobre as origens do agronegócio na América Latina, temos que:

Na segunda metade do século XX, o campo latino-americano sofreu profundas alterações causadas pelo modelo de desenvolvimento que gerou, ao mesmo tempo, mudanças e permanências. Com o avanço da industrialização da agropecuária, o tradicional sistema latifundiário, que durante séculos determinara a estrutura fundiária, passou por mudanças

setoriais, técnicas e tecnológicas. A população rural conheceu um dos maiores êxodos da sua história. A territorialização das corporações norte-americanas e europeias ampliou seus domínios com a expansão de seus sistemas de produção. Esse conjunto de mudanças intensificou as formas de exploração do modelo agroexportador e aprofundou a expropriação dos camponeses e indígenas, gerando pobreza e miséria. As políticas de reforma agrária implantadas não conseguiram desconcentrar a estrutura fundiária (MANÇANO, 2006b, p.49).

A diferenciação entre "trabalhador rural" e "camponês", muito utilizada para a leitura da realidade brasileira, por exemplo, se torna mais complexa no presente estudo de caso pelo fator indígena ser predominante na população boliviana. Não há como apresentar a questão agrária boliviana sem que esse tema esteja incluído.

A origem do campesinato latino-americano remete às civilizações ameríndias, anteriores à conquista europeia, porém foi no sistema capitalista que ele se configurou e organizou. Há o campesinato indígena, com formas particulares de organização de trabalho e produção, de acordo com sua cultura. Outra vertente é formada pelo cruzamento entre povos indígenas, africanos, europeus e asiáticos. Assim, é possível falar em diferentes tipos de campesinato, indígena e não-indígena. Ou, simplesmente, em um só campesinato latino-americano e caribenho, que se constituiu com o desenvolvimento do capitalismo, a partir encontro entre povos de diversas partes do mundo (MANÇANO, 2006b, p.48).

Do ponto de vista do desenvolvimento do pensamento acerca da Questão Agrária, que sempre esteve ligado à reflexão sobre o desenvolvimento do capitalismo, nos parece importante destacar os estudos de Karl Kautsky e Vladimir Lenin. O primeiro estudo específico sobre a questão agrária foi desenvolvido pelo alemão Karl Kaustky no final do século XIX. Em "A questão agrária" (1980 [1900]), o autor faz uma análise das transformações produtivas e sociais do campo na Europa num momento em que o sistema capitalista se transformava e já se integrava mundialmente. Também Lenin, em "O desenvolvimento do capitalismo na Rússia" (1982 [1889]), traz formulações teóricas que permitiram analisar as transformações produtivas no campo em diversas situações; encontramos muitas análises sobre o processo boliviano que

a adotam, e assim também o faremos. Em Paz Ballivian (1983) encontramos os dois conceitos fundamentais elaborados por Lenin e que nortearão o nosso estudo. Em relação à via *farmer*, ele nos lembra que:

[...] la ruptura de la antigua economía terrateniente destruyendo todos los restos de la servidumbre y ante todo la gran propiedad del terrateniente. En ese caso, la base del tránsito definitivo del sistema de pago en trabajo al capitalismo, es el libre desarrollo de la pequeña hacienda campesina (PAZ BALLIVIAN, 1983, p.15).

E sobre a via *junker*, na qual:

[...] la base del tránsito definitivo del sistema de pago en trabajo al capitalista, es la transformación interna de la economía terrateniente basada en la servidumbre, y todo régimen agrario del estado, al transformarse en capitalista, conserva aún por mucho tiempo rasgos de servidumbre (PAZ BALLIVIAN, 1983, p.16).

É importante fazer uma leitura da Questão Agrária boliviana também a partir desses autores "clássicos" da área, e, a partir de então, avançar para uma análise das peculiaridades. Acreditamos que o avanço do debate teórico sobre o tema no Brasil nos ajuda a compreender a realidade boliviana na medida em que, durante os meses de campo, o contato com as particularidades do país vizinho nos pareceram passíveis de tal tarefa.

Utilizamos aqui as idéias sintetizadas por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, teórico da geografia agrária, em artigo constante de sua obra "O campo no século XXI – território de vida, de luta e de construção da justiça social"². A análise que o autor faz acerca de território e poder traz dois conceitos que nos permitem compreender o estudo de caso no contexto do capitalismo neoliberal: "territorialização do capital" e "monopolização do território". É importante ressaltar, no entanto, que Ariovaldo Umbelino de Oliveira faz uma reflexão sobre a realidade brasileira, ainda que o debate da Questão Agrária seja internacional relativo ao modo-de-produção capitalista.

²A obra é organizada juntamente com Marta Inez Medeiros Marques.

A lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é, pois, gerada pelo processo de produção propriamente dito (reprodução ampliada/extração de mais-valia/produção do capital/extração da renda da terra), circulação, valorização do capital e a reprodução da força de trabalho. É essa lógica contraditória que constrói/destrói *formações territoriais* em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam dinâmicas desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conformando as regiões. **Trabalhamos, pois, com o princípio contraditório de que, ao mesmo tempo em que o capital se mundializou, mundializando o território capitalista, a terra se nacionalizou.** É, pois, também dessa contradição que nasce a possibilidade histórica do entendimento das diferentes e desiguais formações territoriais e das regiões como territorialidades concretas, totalidades históricas, portanto, da espacialização contraditória do capital (produção/reprodução ampliada) e suas articulações com a propriedade fundiária, ou seja, a terra. **Assim, volto a insistir que o capital é na sua essência internacional, porém a lógica que envolve a terra é na essência nacional** (OLIVEIRA, 2004, p.41, grifos nossos).

Segundo este autor, o processo que ocorre na agricultura atualmente é uma junção justamente do que havia sido separado pelo capitalismo em seu início, a indústria e a agricultura. Isso acontece porque, nos dias de hoje, o capitalista pode também ser dono de terras, latifundiário, além de ter desenvolvido maneiras de impelir ao campesinato a produzir apenas para a indústria (OLIVEIRA, 2004, p.41). Esses são os processos chamados de "territorialização do capital" e "monopolização do território".

O que esse contraditório desenvolvimento capitalista no campo revela é que, no primeiro caso, o capital se territorializa. Trata-se, portanto, da *territorialização do capital* monopolista na agricultura. No segundo caso, esse processo contraditório revela que o capital monopoliza o território sem, entretanto, se territorializar. Trata-se, pois, da *monopolização do território* pelo capital monopolista. No primeiro mecanismo no qual o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada

do capital se desenvolve na sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (da cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por essa atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num "mar" de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc. (OLIVEIRA, 2004, p.42).

Pelo fato de a América Latina estar cada vez mais integrando-se ao agronegócio e ao mercado mundial de *commodities*, é que buscamos construir a nossa análise do estudo de caso a partir de conceitos que tenham sido elaborados com base nesta realidade; neste quesito, encontramos eco no processo boliviano em relação ao que se pode observar no Brasil.

Antecedentes e contexto da Reforma Agrária de 1953

Para se pensar a questão agrária na Bolívia é preciso considerar dois aspectos fundamentais de sua constituição: o do homem e o da terra, ou seja, o do índio e o da terra. É preciso considerar esse homem índio, que aceitou ser assim chamado por seu colonizador europeu, e que, desde a chegada deste, teve reduzida, quando não tirada, sua qualidade de ser humano. Primeiramente com a destruição do Império Inca por parte dos conquistadores espanhóis e com a adoção da *mita*³, já que não foi assumido o trabalho do indígena como escravo; e posteriormente, com a perpetuação de práticas similares, qualquer que fosse a denominação dada ao trabalho prestado pelo indígena ou ao tipo de propriedade em que o realizava (OSTRIA GUTIÉRREZ, 1956, p. 260).

A tradição indígena de um povo rural se percebe na sua fala em língua originária (quéchua e aimará, dentre outras) até os dias de hoje. A luta pela terra nunca cessou, seja na guerra de independência contra os espanhóis, tendo estado ao lado dos *criollos*, nas insurreições populares que culminaram na Reforma Agrária de 1953 ou mesmo atualmente, através do governo de Evo Morales, que se identifica como indígena.

Uma parte do significado da relação entre a população indígena e a terra na

³A *mita* é um sistema de cobrança de impostos ou de trabalho compulsório utilizado desde o império Inca, mas incorporado pelos espanhóis em seu período de conquista. A população que mais antigamente ocupa o território onde hoje está a Bolívia é aimará, posteriormente dominada pelos quéchuas, os chamados incas (OSTRIA GUTIÉRREZ, 1956).

época da Reforma Agrária pode ser demonstrada em estatísticas. Segundo o censo de 1950, mais de dois milhões dos 3.019.031 habitantes do país eram indígenas que ocupavam um terço do território de 1.068.886 km², e se dedicavam ao cultivo da terra – prática que correspondia em 80% da população ocupada da Bolívia, um país geralmente conhecido como mineiro (OSTRIA GUTIÉRREZ, 1956, p. 262).

No século XIX o país chegou a contar com certa prosperidade do âmbito agrícola, tendo atingido a condição de autoabastecimento. Com o desenvolvimento da mineração e a conseqüente integração do território por algumas ferrovias, a atividade agrícola ficou para segundo plano: a política de importações de alimentos e a imposição dos baixos preços aos produtos nacionais tornaram o país dependente para que fossem abastecidas de gêneros alimentícios as regiões mineiras e as cidades, assim como de matérias primas para a sua indústria incipiente. Até 1948, apenas 5,8% da área cultivada havia sido mecanizada, o que não proporcionava condições de competitividade nos moldes pelos quais os governantes procuravam conduzir o país, caracterizados pela inserção na competição do mercado internacional. O ministério da agricultura era fraco, e contava com 1,09% do orçamento da nação para a realização de suas atribuições. Até 1946, o Banco Agrícola havia financiado a quantia de 2% de toda a produção agrícola, o que colocava ao menos metade do território do país como desintegrado de sua vida econômica, nos termos da agricultura capitalista – essa conjuntura fazia com que a Reforma Agrária fosse considerada como indispensável por diversos setores da opinião pública boliviana, constando nos programas da totalidade dos partidos políticos, do Partido Liberal ao Partido Comunista (OSTRIA GUTIÉRREZ, 1956, p. 265).

Do final do século XIX até a realização da Reforma Agrária na Bolívia, em 1953, a estrutura fundiária do país se caracterizava basicamente por três "sistemas": a chamada *hacienda* (que corresponde à grande propriedade, ao latifúndio), as comunidades indígenas em sua formação original e a produção parcelária (COSTA NETO, 2005, p. 87-94). Tais formas dividiam espaço num processo de crescente ampliação do sistema de grande propriedade e também pela diferenciação social do campesinato no que se refere à organização produtiva. Desde o início do século XX, a estrutura social e econômica do país pautava-se na mineração, na economia da borracha e na exploração de hidrocarbonetos⁴.

⁴Substâncias compostas por carbono e hidrogênio são hidrocarbonetos. A maioria dos



A primeira consistia primordialmente da extração do estanho, na região oeste; a segunda, ao norte, e a terceira, no sudeste. É importante ressaltar a ligação entre as atividades agrícola e mineradora, já que esta, em sua posição de destaque, constituiu, espacial e economicamente, uma economia de mercado e influenciou na disposição do meio rural devido às migrações de força de trabalho oriunda do campo, tanto de áreas agrícolas quanto de comunidades indígenas.

A expansão da grande propriedade acima citada se refere às *haciendas*, sistema que ocupava as melhores terras da Bolívia e tinha mais influência nas questões econômicas, políticas e sociais do país. Em algumas regiões, como a faixa dos Andes bolivianos, as *haciendas* penetraram nas comunidades originárias transformando seu formato tradicional e fazendo com que sua atividade produtiva se convertesse na busca pelo excedente. Dados também do censo agropecuário de 1950 denunciavam que, até então, as *haciendas* eram propriedade de 8.137 latifundiários, abrangendo uma área de 12.701.076 hectares no país (COSTA NETO, 2005, p. 88). Tanto as de caráter agrícola como pecuário tinham sua produção acompanhando o movimento do mercado alimentício das zonas mineiras e dos centros urbanos, respectivamente. Neste sistema, a força de trabalho encontrava-se submetida ao regime de colonato⁵, mas havia diferenças em sua forma e a tributação variava de acordo com as particularidades de cada região.

A conjuntura boliviana pré-1953 contava com 3.779 comunidades indígenas originárias só na região do altiplano – estas se mantiveram intactas ao avanço do latifúndio oligárquico na primeira metade do século, mantendo a economia comunitária consideravelmente à parte da agropecuária latifundista. Na Bolívia, "[...] as comunidades não podem ser consideradas como unidades produtivas, mas como unidades supradomésticas de reprodução social, em cujo interior operam numerosas unidades domésticas de produção [...]" (COSTA NETO,

►► combustíveis que utilizamos os contém (gás natural, diesel, gasolina etc.). Até 2006 estimava-se que as reservas de gás natural bolivianas somavam 651,8 bilhões de metros cúbicos; conferir www.indexmundi.com. Acesso em 3 Mar. 2010.

⁵O colonato é um processo de diferenciação do campesinato característico da formação da agricultura capitalista, que a organiza social e economicamente. Acontece quando o trabalhador arrenda parcialmente a terra de um proprietário em troca de parte de sua produção ou quando destina alguns dias de sua semana para o cultivo da terra do proprietário, ou mesmo com pagamentos em moeda pelo trabalho na terra do proprietário (informação verbal fornecida por Raquel Santos Sant'Ana, em aula na Universidade Estadual Paulista, Franca, São Paulo, em 2006).

2005, p. 91). Nessas comunidades, o espaço agrário era propriedade coletiva e o trabalho na terra era realizado coletiva e individualmente. Esta organização social comunitária parte do princípio da reciprocidade e da participação das bases, através de um padrão cultural peculiar das tradições andinas. Até então, a perda do acesso aos recursos agrícolas habituais disponíveis era ínfimo, e havia, por parte do Estado, uma cobrança compulsória de quantia financeira.

Outra forma de organização agrária importante no cenário boliviano até 1953 foi a produção parcelária, normalmente em condições precárias de cultivo da terra. Ela consistia no trabalho de parceiros e arrendatários, que pagavam aos proprietários quantias em trabalho e em dinheiro, respectivamente (COSTA NETO, 2005). Esta forma de organização produtiva muitas vezes originou situações que se caracterizariam pela pequena produção familiar; quando os donos das terras (normalmente médios proprietários) tornavam-se comerciantes e afastavam-se para viver em povoados distantes delas, os produtores parcelários conseguiam alguma extensão de terra através do arrendamento.

Por um lado, desenvolveu-se uma camada de possuidores de extensão de terra variável, que ia da pequena parcela de terra descapitalizada à média propriedade, capazes de obterem alguma capacidade de acumulação. De outra parte, havia os colonos com usufruto das terras da *hacienda* e as categorias intermediárias, formadas por arrendatários contratados por colonos para o cumprimento das obrigações suplementares nas *haciendas* e camponeses que deviam obrigações diretas ao proprietário, em troca de um lote de terreno para moradia, na *hacienda* (COSTA NETO, 2005, p. 93).

Isso acarretou num processo que diferenciaria a produção parcelária no âmbito social interno do país: à medida que este tipo de produção se centrava no trabalho familiar, a produção parcelária se tornava independente enquanto unidade produtiva, desencadeando a formação de um campesinato parcelário mercantil na Bolívia, especialmente na região de Cochabamba, o que significava uma considerável alteração no sistema de propriedade da terra (COSTA NETO, 2005, p. 93).

Paralelamente às atividades até agora mencionadas, aconteciam também atividades vinculadas à exploração da borracha na Amazônia boliviana, isso que provocava significativa atração populacional para o oeste do país. A empresa da borracha contava com ampla divisão interna do trabalho, já que concentrava e explorava mão-de-obra, parte dela obtida por aprisionamentos, "[...] prática

que consistia em perseguir e aprisionar os trabalhadores, para utilizá-los na extração da matéria-prima da indústria da borracha [...]" (COSTA NETO, 2005, p. 94), o que colaborava para a desintegração do modo de vida indígena, e controlava integralmente as etapas da produção, da extração à comercialização. Tal atividade econômica tinha participação no capital externo ligado à produção de bens, e gerava a demanda por produtos agrícolas que abastecessem sua área de atuação. Isso fazia com que, ainda no período anterior a 1953, houvesse trabalho assalariado na atividade pecuária, mesmo que de característica temporária.

Foi na região do Chaco no sul do país que se iniciou a exploração dos hidrocarbonetos. A extração do petróleo data de 1925, mas esse tipo de produção foi o que menos se relacionou de forma próxima ao desenvolvimento das atividades e estruturas agrícolas na Bolívia (PATCH, 1967).

A conjuntura boliviana propícia para a revolução de 1952 vinha sendo preparada há tempos, mais especificamente desde a Guerra do Chaco, que ocorreu de 1932 a 1935, contra o Paraguai, e que abalou as antigas estruturas da sociedade boliviana.

As características da propriedade fundiária, modeladas segundo os costumes senhoriais espanhóis, serviram para imobilizar os trabalhadores rurais em uma forma imutável de vida [...] A estratificação social da sociedade em categorias semelhantes a castas fixou as características da propriedade e do comportamento econômico e social de diferentes classes num sistema rígido, num tradicional equilíbrio que permaneceu basicamente inalterado até que recebesse o impacto da Guerra do Chaco [...] (PATCH, 1967, p. 105-106).

Segundo este autor, desde o período colonial e mesmo no período republicano a economia do país se dividia entre um setor orientado para o mercado mundial e outro voltado ao mercado interno. O primeiro se refere àqueles produtos que não só eram exportados, mas também processados externamente, e o segundo compreende principalmente a produção agrícola dos latifúndios e de abastecimento para os mercados locais, portanto sob pouca influência dos preços mundiais.

Foi a partir da Guerra do Chaco que setores da política do país passaram a enxergar o indígena com outro papel na sociedade e no Estado boliviano. Apesar do imenso massacre a que foram submetidos, calcula-se a perda de mais de 60.000 vidas (PATCH, 1967, p. 106), foi a primeira vez desde a conquista em

que expressivos contingentes da população indígena foram deslocados de seus lugares de origem e passaram a ter uma noção ampliada do território boliviano. Foi a partir de então, inclusive, que muitos tomaram o contato com outras línguas, fossem elas o castelhano ou outro idioma nativo; abriu-se então uma perspectiva de reivindicação de mudança a partir da real consciência do sistema ao qual eram submetidos.

O conflito no Chaco teve também como consequência o afastamento gradual dos setores urbanos médios de suas áreas de influência política e social: as investidas populares já apresentavam força considerável, situação esta que gerava instabilidade às oligarquias dominantes.

Logo depois de consumado o desastre militar boliviano de 1932-1935, na remota região do Chaco, fronteira "petrolífera" dos países em guerra, a oligarquia meiro-estanífera/latifundiária entrou em irreversível crise de dominação, em relação à hegemonia exercida sobre o Estado nacional, desde o início do século 20 (COSTA NETO, 2005, p. 95).

As classes médias também sofriam com a instabilidade econômica que trazia o aumento da inflação, o desemprego e o subemprego, com uma diminuição do nível de vida que vinha a comprometer os planos futuros (COSTA NETO, 2005, p. 96).

A Guerra do Chaco foi o marco para um novo período de polarização sociopolítica na Bolívia (COSTA NETO, 2005, p. 101), no qual as "elites opositoras" defendiam um projeto anti-oligárquico, mas ao mesmo tempo anti-operário, enquanto a classe média sofria com a possibilidade de proletarização da sua condição de vida mantida durante as últimas décadas.

Foi o próprio governo participante da guerra que iniciou o discurso de que, na condição de soldado, o índio alcançaria a condição de "gente" ou "pessoa", se equiparando ao homem branco; tal campanha serviu para que fosse feita uma análise de conjuntura que colocaria o indígena em um novo papel dentro da sociedade boliviana, um papel de participação, tenha sido ela real ou frustrada, de acordo com cada momento histórico. Paralelamente ocorria um movimento intelectual consonante aos ideais indígenas. Como ocorreu em praticamente toda a América Latina, a partir da década de 30 iniciaram-se movimentos políticos de vanguarda nas universidades, embasados nos ideais socialistas e marxistas (PATCH, 1967). Na Bolívia, tal movimento era chamado de "liberal", e se declarava nacionalista e antiimperialista. A disputa entre este novo paradigma

político e aquele que dirigia o país até então trouxe à Bolívia um desequilíbrio econômico e social de maior preponderância do que o desencadeado pela derrota na Guerra do Chaco.

Foi durante a década de 40 que surgiram aqueles partidos de centro-esquerda que comporiam o cenário político dali em diante. O *Partido de la Izquierda Revolucionaria* (PIR) identificava-se com a Internacional Comunista e com o oficialismo soviético dos anos 30, enquanto o *Partido Obrero Revolucionario* (POR) constituía parte da nova IV Internacional trotskista.

Durante o período entre a guerra e a Revolução de 1952, inúmeras vezes os governos liberais acabaram por lançar medidas de "incentivo" à participação indígena (PATCH, 1967, p. 106), mas estas eram normalmente revogadas no momento em que assumia um governo conservador; tal alternância gerava uma instabilidade propícia para a posterior insurgência da revolução nacional, que derrubaria as estruturas da sociedade tradicional.

Os governos liberais preocupavam-se em adequar as políticas do país à lógica do capitalismo mundializado, o que incluía políticas de apaziguamento social, consistindo normalmente em concessões leves às reivindicações populares, a fim de que estas não gerassem conflitos políticos e sociais capazes de interferir na governabilidade de suas gestões. Os governos conservadores, pelo contrário, não admitiam nenhum avanço no diálogo entre as classes sociais, e optavam pela manutenção do desigual sistema vigente da forma mais colonial possível, já que deixavam intocadas as estruturas oligárquicas oriundas deste tempo. No que se refere à terra, os primeiros ainda mantinham o latifúndio, mas numa crescente busca pela internacionalização da produção, o que incluía algumas reformas no funcionamento do país; para os conservadores, a simples manutenção da estrutura fundiária em seu caráter distributivo já lhes garantia o poder necessário para a manutenção da classe. Ambos, no entanto, não atuam no sentido de transformar o sistema produtivo de forma capacitada para a construção de novas relações sociais (PATCH, 1967).

Por entre os novos movimentos foi que surgiu o *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR), protagonista da Revolução Nacional. O partido nasceu de uma aliança curiosa, já que congregava intelectuais oriundos das universidades e oficiais do exército insatisfeitos com a atuação de seus superiores na Guerra do Chaco, chefiados por Victor Paz Estenssoro, antigo professor da Universidade San Andrés, em La Paz.

A oposição nacionalista, policlassista, formada por "elites" urbanas de classe

média, fez nascer, em 1941, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que fazia da base social pequeno-burguesa a sua principal força, já que, ideológica e programaticamente, uma difusa linha nacionalista, anti-oligárquica, permitia várias possibilidades de aliança (COSTA NETO, 2005, p. 98).

O MNR se colocava a favor da nacionalização das minas de estanho, numa postura auto-intitulada como antiimperialista, o que o fez, gradualmente, agregar lutas políticas junto aos mineradores de estanho e aos remanescentes do PIR, que era marxista e se encontrava bastante dividido.

Em 1943, o então presidente boliviano Enrique Peñaranda declarou guerra às potências do Eixo, atitude que motivou um golpe ao seu governo por parte de um grupo de oficiais do exército do país, que levou o Major Gualberto Villarroel ao poder. Este novo governo reprimia tanto partidos marxistas quanto os tradicionais, porém incluía alguns líderes do MNR em seus quadros, principalmente Paz Estenssoro, que teria um papel importante nos anos a seguir, surgindo como ministro das finanças (PATCH, 1967).

Aos olhos estadunidenses, este governo oriundo do golpe havia sido instigado por nazistas e pelos cidadãos argentinos, o que significava que os EUA não o reconheciam. Da mesma forma agiram todas as outras repúblicas da América Latina – não reconheciam este novo governo golpista – com exceção da Argentina, o que, diante de tal isolamento, trazia péssimas condições de governabilidade para Villarroel. O governo só obteve reconhecimento dos Estados Unidos e de alguns outros países após a retirada de todos os membros do MNR de seu corpo administrativo. Ao final da Segunda Guerra Mundial, com a derrota do Eixo, La Paz foi dominada por manifestações de descontentamento com o governo (PATCH, 1967, p. 107).

Através de conflito armado o palácio presidencial foi tomado e o presidente Villarroel enforcado e pendurado em praça pública. Na ocasião Paz Estenssoro exilou-se na Argentina, onde ficou até retornar como presidente em 1952. Durante todo esse período, ele foi visto como símbolo da almejada "revolução" Boliviana, já que, segundo Patch, neste período, a Bolívia foi governada por sucessivos e débeis gabinetes de direita.

Em 1951 houve eleições para presidente no país. O voto se restringia às pessoas do sexo masculino e alfabetizadas, e, de acordo com a Constituição, ficaria a cargo do Congresso a escolha do presidente caso nenhum dos candidatos tivesse atingido a maioria absoluta dos votos.

Paz Estenssoro concorreu, obteve êxito nos votos, assim como aconteceu

com os membros do MNR candidatos ao legislativo. Foram eleitos seis entre nove senadores e dez entre cinquenta e cinco deputados. Não houve maioria absoluta de nenhuma parte e a decisão caberia ao Congresso, mas, no entanto, o então presidente Urriolagoitia renunciou deixando em seu lugar uma junta militar. Esta justificou seu golpe no intuito de manter o MNR afastado do poder, mas a falta de uma liderança forte e de apoio popular fez com que a fragmentação ocorresse rapidamente. Em abril de 1952, um membro da junta, o General Seleme, filiou-se ao MNR (PATCH, 1967, p. 108).

Este fato deflagrou em La Paz uma disputa pelo poder através da luta armada, que se estendeu por cinco dias. Neste intervalo de tempo 3.000 pessoas foram mortas.

As eleições de 1951 marcaram a convergência entre a polarização frentista das esquerdas com o nacionalismo radicalizado e a agudização da crise econômica, que expunha a classe média ao declínio social cada vez mais sensível. A sindicalização camponesa e, principalmente, operária mineira era um poderoso trunfo das esquerdas organizadas partidariamente (COSTA NETO, 2005, p. 102).

Por causa da organização popular e a mobilização dos mineiros e camponeses, venceu, então, a oposição, ligada ao MNR, que estabeleceu um governo provisório. Em pouco tempo a presidência foi entregue a Paz Estenssoro, que retornou da Argentina para La Paz. Iniciava-se aí o governo da Revolução. O nome para o ministério das minas e petróleo vinha da liderança dos mineiros de estanho e do POR, e a nacionalização das minas de estanho veio como um dos primeiros atos do governo. Posteriormente, em 2 de agosto de 1953, foi decretada a Reforma Agrária (OSTRIA GUTIÉRREZ, 1956).

O MNR contava com condições de governabilidade contraditórias. Enquanto, por um lado, precisaria das forças militares organizadas e, portanto, da colaboração das milícias operárias que eram comandadas por dirigentes sindicais e partidos da esquerda, por outro não sustentava um programa de governo à altura das necessidades e anseios populares gerados pelo clima vitorioso da revolução em 1952. O governo designou, então, à recém criada *Central Obrera Boliviana* (COB)⁶, a função de organizar milícias armadas que seriam o aparato

⁶O nascimento da COB, na ocasião da efervescência das insurreições de massa de 1952,



de força do Estado enquanto exército revolucionário; com isso a COB veio a constituir também um co-governo junto ao MNR (COSTA NETO, 2005, p. 104). A partir de 1953, entretanto, foi iniciado um processo de reestruturação do exército de forma hierarquizada, o que, aos poucos, eliminou a COB enquanto força armada no país.

Em menos de uma década observou-se que a revolução boliviana não consolidara sua proposta nacionalista e modernizante, e sim incorporara à sua gestão uma política de economia internacionalizada, isenta de um real controle nacional que contasse com planejamento estratégico (COSTA NETO, 2005, p. 105). Segundo este autor, entre as décadas de 50 e 60 a Bolívia deixou sim de ser um Estado oligárquico, contudo se transformara no sentido de um caráter capitalista de modernização condicionada ao capital internacional.

A necessidade da realização de uma Reforma Agrária surgiu como um consenso entre as lideranças do partido logo após a revolução em 1952; esta seria orientada, todavia, por uma perspectiva de superação do atraso da agricultura nacional e não das formas de propriedade existentes.

Em relação ao programa agrícola, recomendava-se, entre outras medidas, a realização de estudos sobre as possibilidades de desenvolvimento agrícola, incluindo a irrigação, o manejo do crédito agrícola como um instrumento de desenvolvimento, ajuste nos tipos de tarifa sobre produtos agrícolas, e o estabelecimento de famílias de imigrantes, a partir de exame prévio das possibilidades de aquisição de terras, para produzir dentro das necessidades agrícolas da Bolívia (COSTA NETO, 2005, p. 107).

Desde a revolução até o decreto da Reforma Agrária, o governo divulgava medidas relativas às condições de trabalho e produtividade no campo, e parecia pretender ganhar tempo para convencer os grandes proprietários da necessidade de serem feitas mudanças tecnológicas a fim de tornar suas terras mais produtivas em pouco tempo. No entanto, as lutas no campo se acirravam e a Reforma Agrária se tornava cada vez mais inevitável. As invasões de terras, saques a propriedades agrárias e vítimas de ambos os lados eram ações na verdade

▶▶ significou a unificação do movimento sindical e camponês da Bolívia, convivendo tanto os setores reformistas quanto os de ultra-esquerda, o que lhe conferia uma presença política fundamental nos momentos de conflitos sociais no país (ROMERO, 2006, p. 318).

orientadas pelas facções de esquerda, COB e POR, o que fez com que rapidamente o MNR tomasse a medida no intento de acalmar tais acontecimentos, mesmo que internamente se encontrasse dividido quanto à questão agrária no país – a declaração enfática e favorável da esquerda do partido em relação à Reforma Agrária revelava um instinto de sobrevivência político-sindical nos pilares do governo (COSTA NETO, 2005, p. 109).

Para tanto, rapidamente foram legalizados os sindicatos rurais e travado o comprometimento de realização da Reforma Agrária junto àqueles camponeses que compunham a luta armada. Paralelamente, o ministério de assuntos camponeses iniciou a reestruturação dos comandos de direção rural do partido; estes, que haviam apoiado os latifundiários contra as revoltas camponesas até então, foram substituídos por aqueles que pertenciam à esquerda do partido, mas que ainda eram favoráveis ao confronto com as revoltas camponesas numa defesa única da sindicalização em massa. Dessa forma, o MNR colocava suas milícias no enfrentamento direto àquelas comandadas pelo POR, mas sob o discurso da Reforma Agrária – o resultado foi a destruição física e política dos dirigentes camponeses do POR que se opunham à centralidade governista (LORA, 1963).

No intuito de conter a radicalização do campesinato, o MNR reuniu uma comissão para a elaboração do plano da Reforma Agrária. Esta comissão contava com a presença de assessorias ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), além de setores da extrema esquerda sindical e partidária da Bolívia.

A FAO aparecia, na década de 50, como defensora da reforma da propriedade enquanto estratégia para o desenvolvimento agrícola latino-americano. Por vezes enfrentava a oposição de setores conservadores dos referidos países. Tal postura acarretou numa temporária divergência de interesses entre as determinações da ONU/FAO e do governo estadunidense no que se refere às políticas agrárias para a América Latina de uma forma geral, já que este último insistia em incursões militares que evitassem qualquer modificação nas estruturas agrárias dos países latinos a qualquer custo (COSTA NETO, 2005, p. 56-57).

A formação da comissão de elaboração do plano contava, então, com a participação do POR e da COB, compondo uma correlação de forças com potencial de atritos, já que o MNR trazia o PIR como aliado.

O MNR, porém, possuía um aliado de peso. Tratava-se do PIR e,

principalmente, de ser representante, o reitor universitário de Cochabamba, Urquidí. Havia, inclusive, informações de que a cúpula do PIR e os principais dirigentes de esquerda do MNR, no exílio no Chile, em 1950, teriam participado de um suposto pacto político que incluiria um detalhado plano de reforma agrária para o país, considerando a linha traçada pelos dois partidos para obter a efetiva aplicação das formas de capitalismo agrário na Bolívia (COSTA NETO, 2005, p. 115).

O "Plano Urquidí" foi bem recebido pelo MNR e pelo PIR, mas não pelo POR e pela COB; porém, obteve êxito junto ao governo para a sua sanção.

A legislação da Reforma Agrária foi elaborada ignorando as decisões da COB, que propunha a imediata nacionalização da terra, sem indenização, sucedida pela entrega direta às organizações camponesas. Esse plano previa a transição para um sistema de produção coletivo, correspondendo às condições da propriedade estatal socialista e aproximando-se da forma organizativa dos indígenas originários. A cooperativização da produção teria como objetivo colocar fim à via da pequena propriedade da terra rumo à almejada coletivização. Não foi o que aconteceu.

O pós-decreto de Reforma Agrária

A Reforma Agrária de 1953 significou para a Bolívia uma grande mudança na relação entre governos e população a partir de então. Foi um marco que iniciou os movimentos sociais na busca pelo atendimento de suas reivindicações também através da oficialidade; podia-se almejar também a incorporação na estrutura estatal. A seguir serão destacadas as contradições inerentes a esse processo, que perpassam tanto a eficácia da reforma quanto uma avaliação mais apurada da relação entre o povo e a nova elite progressista que se formava, assim como o desenrolar de tal relação e processo até o início do século seguinte.

Em dois de agosto de 1953, na Bolívia, foi decretada, pelo presidente da república, uma Reforma Agrária que atingiria dois milhões e meio de seres humanos; esses números faziam com que o governo exaltasse o potencial transformador da medida como muito superior em relação à nacionalização das minas no ano anterior, as quais haviam passado a funcionar através de cooperativas nas mãos dos trabalhadores mineiros. As comemorações da medida de Reforma Agrária foram intensas. O decreto continha 175 artigos e era embasado historicamente desde o período incaico ao colonial. Condenava os "*criollos feudais*", dizendo que estes haviam desvirtuado, na ocasião da independência

do país em 1825, as aspirações político-econômicas daquela luta. Nas suas disposições, dizia: "[...] *el suelo, el subsuelo y las aguas del territorio de la República pertenecen por derecho originário a la nación boliviana.*"⁷

Decretava-se também o fim do sistema de colonato e qualquer outra forma de prestação de serviços não remunerados ou compensatórios. Reconhecia-se, a partir daí, a organização sindical camponesa, colocando-a como protagonista para a realização efetiva da Reforma Agrária, juntamente com o Serviço Nacional de Reforma Agrária, então criado para as concessões de títulos e demais providências necessárias. O último artigo declarava:

A partir de hoy, 2 de agosto de 1953 queda abolido para siempre el sistema servidumbral de trabajo que imperó en el agro y se declara el derecho a la dotación de tierras, con título de propiedad, en favor de todos los campesinos de Bolivia.⁸

A reforma boliviana ocorrida em 1953 é analisada de maneiras distintas pelos diversos estudiosos. Há um certo consenso no debate quanto ao insucesso da Reforma Agrária que foi sendo implantada a partir de meados do século XX, visto que este é um tema em pauta entre as principais medidas a serem tomadas pelo atual governo da Bolívia. A literatura que se atém na sua avaliação foi se transformando ao longo do tempo; inicialmente, pareceres mais categóricos quanto à validade da reforma, mesmo que oriundos de perspectivas políticas distintas. Numa avaliação mais a longo prazo, a revisão da Reforma Agrária de 1953 traz o aspecto negativo assim como considera avanços em alguns níveis, numa análise sob a ótica dos anseios e projetos populares (COSTA NETO, 2005).

Comentaremos aqui posturas diversas acerca da Reforma Agrária, tomando a posição da necessidade de uma efetiva mudança estrutural no campo Boliviano ainda hoje. Esta postura em muito se aproxima das reivindicações dos movimentos sociais atuais, e também da época, na medida em que objetivam respeitar as tradições indígenas de trabalho e convívio na e com a terra⁹. Sendo assim, serão

⁷Cf. GUTIERREZ, 1956, p.270.

⁸Id., p. 272.

⁹Os povos originários da Bolívia, assim como outros de origem andina, se referem à terra como Pacha Mama. A palavra Pacha inicialmente se referia ao tempo, e aos poucos foi sendo-lhe atribuído o significado de terra. Em termos gerais, são as idéias de tempo curador



destacados alguns elementos dos processos históricos e políticos do país desde então.

Há quem afirme, por exemplo, que o problema tenha sido o não cumprimento literal das previsões do decreto-lei da Reforma Agrária, numa postura de defesa e reivindicação de garantia da chamada Reforma Agrária de Mercado¹⁰. Esta é a posição de Ostria Gutiérrez, que fora presidente da Junta Militar que governou o país anos antes da Revolução de 1952.

Tanto el decreto de la reforma agrária como los otros dos destinados a complementarlo, salían del cauce jurídico y, mediante ellos, un gobierno que no cesaba de titularse "constitucional", pescindía de convocar al Congreso para que este dictara la ley respectiva, a la vez que violaba varios artículos constitucionales y entre ellos el que dice así: 'Se garantiza la propiedad privada, siempre que el uso que se haga de ella no sea prejudicial al interés colectivo. La expropiación se impone por causa de utilidad pública o cuando no llene una función social, calificada conforme a ley y previa indemnización justa'(art.17) (OSTRIA GUTIÉRREZ, 1965, p. 272-273)

Neste trecho está expresso o ponto de conflito entre as opiniões divergentes acerca da reforma de 1953. Por um lado, as organizações populares criticavam e criticam a abertura deixada à grande propriedade privada na implantação da reforma, já que acreditavam numa ocupação do território em moldes coletivos. Por outro, representado aqui pela citação acima, havia reivindicações da insuficiência da proteção à propriedade.

▶▶ de males e de terra fértil, acolhedora dos seres humanos, congregados em torno da figura feminina da mãe. Na perspectiva indígena, o destino do solo, subsolo (e seus recursos naturais) e ar deve ser decidido e acordado pelos cidadãos em conjunto, e não por acordos político-econômicos apenas entre governo e iniciativa privada (informação verbal obtida em comunicação pessoal com assentado da Reforma Agrária de 1953, Vinto Chico, Cochabamba, Bolívia, 2004).

¹⁰O termo Reforma Agrária de Mercado foi cunhado na ocasião das políticas fundiárias implantadas pelo Banco Mundial nos países em desenvolvimento no final do século XX, principalmente na última década, políticas estas que giram em torno da idéia de que não há transferência de terras sem a mediação do mercado. (Cf. ROSSET, 2004, p.19). Aqui o termo é usado para aqueles projetos de Reforma Agrária que no geral acompanham a lógica econômica do capital mundializado.

Por uma outra perspectiva, temos a posição de Guillermo Lora, membro do POR, desde a década de 40. Segundo o autor, o que se verificou foi uma Reforma Agrária liberal que tinha como objetivo a criação de uma ampla gama de pequenos proprietários, que garantia a indenização aos antigos donos de terra e mantinha intocada a propriedade capitalista industrial, o que servia de pretexto para a permanência dos latifúndios, além da criação de um imenso aparelho burocrático inoperante.

A la vuelta de algunos años los campesinos volverán a ser inhumanamente explotados por una nueva casta de terratenientes. Los hechos volverán a demostrar que dentro del "liberalismo" no puede menos que funcionar la ley de la concentración de la propiedad agrária (LORA, 1963, p. 175).

Na sua opinião, as formulações da Reforma Agrária serviram para levantar um muro de contenção ao impulso revolucionário do proletariado. Em sua análise, passada uma década do início da reforma, as terras conquistadas, por diversas vezes, eram defendidas com armas de fogo pela população assentada frente ao risco de serem devolvidas aos antigos latifundiários pelas próprias autoridades (através do decreto da Reforma Agrária que deixava brechas para tais ocorrências) – o armamento do campo havia sido disseminado anteriormente para a tomada de poder do MNR, e agora provocava tensões. Predominava também a insegurança quanto ao recebimento dos títulos de propriedade; essa demora nos trâmites e a incerteza da possibilidade da produção é que levava o campesinato beneficiário da Reforma Agrária a trocar suas terras por dinheiro. Além disso, o acentuado parcelamento dos lotes dificultava na agricultura intensiva o aproveitamento de sistemas de irrigação (LORA, 1963).

É da oficialidade também que surgem aqueles que poderiam ser chamados de novos caudilhos locais (LORA, 1963, p. 171):

Dentro de este panorama el MNR, una vez más, juega el papel de neutralizador del empuje revolucionário y agota todos los recursos para someter a 'los índios alzados' a una legislación que les es totalmente extraña. Como tantas veces en la historia, el derecho y la autoridad se esgrimen para poner a salvo los intereses de los sojuzgadores (LORA, 1963, p. 174).

Análises posteriores, que vêm ganhando força e embasando as reflexões atuais acerca da conjuntura boliviana, alegam que a legislação de Reforma Agrária

apresentada seguia a linha do desenvolvimento de um capitalismo agrário no qual ao minifúndio cabia a tarefa de abastecer o mercado consumidor urbano e mineiro com produtos alimentícios não exportáveis sob uma característica mercantil. Admitia-se também as médias e grandes propriedades capitalizadas voltadas para a agroindústria exportadora, que cumpriam a intenção de colonizar as regiões agropecuárias mais distantes dos centros populacionais, que era o caso do leste do país, em Santa Cruz de la Sierra. Segundo o decreto-lei, ao Estado competia a função de gerir os recursos pertencentes à "nação boliviana", isso quer dizer, garantir a propriedade privada tanto do solo, do subsolo e dos recursos hídricos do país quando estes fossem úteis à coletividade nacional (OSTRIA GUTIÉRREZ, 1965).

Costa Neto alega que a Reforma Agrária boliviana passou por quatro grandes etapas históricas desde sua instauração (2005, p.119): a primeira delas corresponde ao período de consolidação do MNR enquanto poder estatal; a segunda se caracterizou por um plano de estabilização econômica que reduziu em muito os créditos do setor agrário; a terceira se refere ao tempo de influência estadunidense através da Aliança para o Progresso, que injetava recursos no setor agroindustrial, o que acarretou no alargamento das diferenças entre este e o setor do campesinato mercantil. Em 1964 um golpe militar pôs fim ao ciclo do governo revolucionário – a quarta, por fim, potencializou tais diferenças na medida em que a atividade do sindicalismo rural foi substituída pela intervenção militar junto às comunidades camponesas. E assim observamos até os dias de hoje, já que continuamente têm atuado as forças opostas à implantação do decreto-lei no sentido de que se evite a transformação das relações produtivas e sociais no campo boliviano.

De um modo geral, a reforma implantada inverteu o quadro anterior referente aos mercados agrícolas funcionarem sob o domínio dos latifundiários; isso ocorria, pois, até então, a pequena propriedade era numericamente reduzida e insignificante do ponto de vista comercial. O que se verificou após o decreto foi que, na maior parte do campo, a agricultura passou a ser desenvolvida por pequenos agricultores de característica minifundiária, os quais produziam para seu sustento e para o mercado num regime de trabalho familiar. Por outro lado, isso ocorreu de forma insuficiente do ponto de vista da reestruturação da agricultura sob os moldes de Reforma Agrária dos países de capitalismo avançado (moldes estes apontados pelas críticas aqui apresentadas como aqueles almejados pelo governo que tomara a medida no país), já que a reforma boliviana não avançou no sentido do desenvolvimento de um maior

assalariamento – este poderia ter sido proporcionado através de um grande investimento em infra-estrutura para a pequena produção, para, assim, gerar uma circulação interna de capital capaz de elevar o nível econômico, e até mesmo social, da população boliviana (PATCH, 1967).

Observou-se também que ocorreu a recuperação, por parte dos povos originários, de parcelas de seus antigos territórios, o que os levou a resgatar o tradicional sistema de pequena produtividade sob a gestão familiar, o que, em alguma escala, rivalizava em estrutura com o campesinato mercantil que buscava forças. De forma muito mais intensa do que anteriormente, este último passava a destinar parte de sua produção agrícola alimentícia ao mercado interno, para a população em geral. Na região do Altiplano, por exemplo, tais mercados concentravam-se nos entornos de La Paz e nos centros mineiros (PATCH, 1967).

Mesmo com as modificações proporcionadas pela Reforma Agrária, verificou-se na década subsequente que a população continuava em difíceis condições de sobrevivência, decorrentes, principalmente, da falta de capital necessário aplicado ao campo e mau gerenciamento deles. A geração seguinte àquela beneficiada pela agro-reforma já sofria com as migrações forçadas pela busca de trabalho – o que em muito contribuiu com os casos de perda total da ligação com a comunidade indígena originária – em função da limitação física dos lotes recebidos e devido à dificuldade de lidar tecnicamente com as instabilidades climáticas (COSTA NETO, 2005). Assim percebe-se que a organização e aplicação, por parte do governo da revolução, de subsídios relativos à técnicas de cultivo, foram indevidas, mesmo dentro da organização proposta pela Reforma Agrária; a situação se agravava também na medida em que a nova formulação de mercado impunha uma produtividade de gêneros alimentícios distinta da tradicional, e isso alterava gradualmente os hábitos alimentares originais e limitava as possibilidades de produção para a sobrevivência. Este autor expõe outros motivos para o abandono das terras quando já efetivada a Reforma Agrária:

As mudanças de propriedade efetivas das terras das comunidades e o grande movimento migratório resultante delas possuem, de acordo com verificações da pesquisa, três procedências: questões de herança; acordos para compra e venda; contratos para propriedade precária ou temporária, como arrendamento ou parceria. [...] No caso das heranças, desde 1952, os antigos proprietários das parcelas passaram a outorgar escrituras de propriedade a seus parentes mais próximos, com o objetivo de garantir-lhes o direito de propriedade contra possíveis tentativas de usuração ou

contestação de posse por outros interessados, quase sempre da mesma família, após a morte dos primeiros (2005, p. 132).

O problema da herança entre os beneficiários da reforma aparecia como uma forma de alterar a distribuição de terras originada com Reforma Agrária. Mesmo as terras distribuídas com títulos de propriedade foram importantes alvos de disputa nos anos que se seguiram à reforma. No entanto, isso é apontado como característica negativa da reforma por seus opositores enquanto falta de fidelidade da população, normalmente indígena, ao programa de reforma do governo que haviam apoiado. Verifica-se também que a divisão das terras pouco se preocupou com a composição familiar tradicional indígena e até mesmo não previu o crescimento demográfico característico de qualquer sociedade (informação verbal)¹¹.

Na região dos vales de Cochabamba, no cenário posterior à reforma conviviam camponeses com condições de vida e trabalho bastante distintas entre eles.

Diversos camponeses viram com desconfiança a chegada da reforma agrária à região, pois temiam perder supostos privilégios frente aos colonos liberados, como o acesso natural a mais terras que seriam obtidas, através de compra, junto aos grandes e médios proprietários da área (COSTA NETO, 2005, p. 138).

Enquanto setores da população tornaram-se prósperos proprietários, a maioria havia ficado com parcelas de terra de proporção inferior às que tinham quando colonos, o que não lhes dava condição nenhuma de gerar acumulação de capital: aos primeiros coube uma atividade comercial estendida até a povoados próximos e a estes restava um nível de mercantilização incompleto, o qual não elevava a participação econômica da forma que se desejava com a implementação da Reforma Agrária (LORA, 1963).

Essa região também conservava trabalhos de caráter pré-capitalista, uma vez que a legislação da Reforma Agrária admitia que os trabalhadores rurais de propriedades médias ou empresas agrícolas não fossem remunerados em moeda corrente, mantendo as antigas formas de parceria, arrendamento (nas quais se

¹¹Informações verbais obtidas em comunicação pessoal da autora com assentado da Reforma Agrária de 1953, em Vinto Chico, Cochabamba, Bolívia, 2004.

utiliza o produto cultivado para a troca) e até o trabalho escravo (LORA, 1963).

A região de Santa Cruz de la Sierra tem suas peculiaridades por agregar à produção agrícola uma significativa produção pecuária e ser a região da Bolívia a ter-se desenvolvido industrialmente a partir da década de 30, quando a crise mundial encareceu a importação de produtos de consumo agrícola como cana-de-açúcar, algodão e, posteriormente, soja. Esse histórico não incluiu predominantemente o regime de colonato como em outras áreas do país, assim como no processo de Reforma Agrária não estiveram presentes organizações camponesas em condições de acompanhar o processo de tomada de terras na região. Sendo assim, a legislação da reforma serviu aos grandes proprietários de Santa Cruz no impedimento do confisco legal de suas terras: declaravam-nas empresas agrícolas e freqüentemente a dividiam entre seus herdeiros diretos, não modificando em quase nada as relações de produção (LORA, 1963).

A definição legal de propriedade privada indicava a pequena propriedade como aquela na qual trabalha uma família para sua subsistência, enquanto a média devia destinar a maior parte de sua produção ao mercado, o que não chegava a caracterizá-la como empresa agrícola. O que se observou, na prática, foi a não diferenciação desses dois modelos descritos na legislação, e o que se sobressaía era o minifúndio camponês familiar (COSTA NETO, 2005, p. 118).

Outro fator relevante para este processo de Reforma Agrária é a problemática da indenização dos ex-proprietários de terras:

Essa é uma questão da maior importância do ponto de vista das consequências que devem ser extraídas da introdução da reforma agrária na Bolívia, em termos socioeconômicos. A interpretação mais elucidativa para a ocorrência de tal situação é que, para o Estado reformista, a apropriação, e posterior remanejamento da renda da terra, apenas seria possível se esta mesma renda permanecesse em mãos do campesinato, "recriado" historicamente na Bolívia, pela reforma agrária, e não retornasse, via indenização, para o grande proprietário, agora expropriado (COSTA NETO, 2005, p. 119).

Segundo Costa Neto, contudo, ela praticamente não ocorreu. A continuidade, até hoje em dia, da luta pela terra na sociedade boliviana por parte da população indígena e o crescimento agroindustrial baseado no latifúndio revelam que, apesar de tal situação, de uma forma ou de outra a concentração da terra voltou a ocorrer.

Dez anos após a instauração da Reforma Agrária, os camponeses bolivianos continuavam utilizando o arado egípcio e não havia tecnologia de produção. Seguiam as lutas entre os camponeses, os mesmos que, na ocasião da revolução, pediam a Reforma Agrária por via da ação direta; foi com esse objetivo que se formaram os sindicatos rurais, em especial a COB no período que precedeu a Revolução Nacional em 1952. (LORA, 1963, p. 169).

O que se verificou foi que a Revolução Nacional era contrária à ocupação de terras. O período pós-revolução assistiu à retirada gradual dos trabalhadores rurais da COB, na mesma medida em que os sindicatos rurais se reduziam a instrumentos da oficialidade. Vê-se, então, que de acordo com a promessa da Revolução Nacional à população que a apoiara, de proporcionar condições para emancipação e autodeterminação do povo boliviano - de acordo com seus preceitos étnicos - a reforma agrária falhou.

No entanto, segundo Costa Neto:

A reforma agrária de 1953 marcou a definição das condições de operacionalização do processo de ocupação da terra na Bolívia revolucionária, pois possibilitou ao Estado intervir diretamente na questão agrária a partir de proposições claramente formuladas no texto legal que, de certa forma, permitiam a acomodação das tensões no campo, na medida em que acenavam com a distribuição da propriedade em áreas tradicionais de exploração da mão-de-obra camponesa via imposição do colonato e formas derivadas de relações de submetimento da força de trabalho rural (2005, p. 117).

Isso significa que houve um avanço do ponto de vista da interferência da vontade e organização popular nas diretrizes governamentais, agora distintas do caráter caudilhesco de outrora. Contudo, o que se observou nas décadas posteriores foi que a reforma não correspondeu aos anseios do desenvolvimento capitalista e também acabou por acarretar (ou até perpetuar) problemas sociais.

Os povos habitantes do território boliviano são secularmente providos de nação, organização social e produtiva, e a Reforma Agrária de 1953 instaurou-se ainda num modelo de organização de Estado incompatível com a organicidade de tais populações. Esse desrespeito ao elemento cultural foi inerente ao processo de implementação da Reforma Agrária, já que este ocorreu de acordo com os interesses do capital, avançando o país na incorporação aos moldes de produção capitalista.

Entre 1952 e 1964, embora oficialmente existisse um sistema multipartidário de competência eleitoral, na verdade havia um sistema unipartidário de esquerda nacionalista que obtinha um pouco mais de 90% dos votos, principalmente dos índios camponeses que pela primeira vez votavam. Se a revolução por um lado produziu uma ampliação da cidadania política liberal que acrescentou ao padrão eleitoral de 200 mil a 1 milhão de pessoas, por outro, não conseguiu avançar no reconhecimento dos direitos políticos coletivos dos povos indígenas nem, muito menos, em uma articulação dos extensos sistemas de autoridade política das comunidades agrárias, razão por que as reformas se detiveram no âmbito de uma ampliação liberal de direitos individuais que, com o tempo, **foi questionada por uma exigência de cidadania de base cultural e linguística** (GARCÍA LINERA, 2006, p. 192, grifo nosso).

Durante o governo da Revolução Nacional, a participação da COB no governo estava presente na nomeação de ministros e na capacidade de exercer pressão para a implantação de políticas públicas para a questão social, desempenhando um papel importante enquanto resistência quando das tentativas do MNR de enquadrar-se ao padrão estadunidense conservador; a COB se configurava como uma instância organizativa fundamental para as deliberações da classe trabalhadora (GARCIA LINERA, 2006).

O processo de emancipação da população em relação às *haciendas* se deu através das já mencionadas ocupações das propriedades dos ex-colonos e comuneiros, sob a direção dos sindicatos, nome que designava as organizações políticas tradicionais locais, pertencentes aos indígenas, que gradualmente sofreram a cooptação pelos quadros do MNR. O golpe de Estado que ocorreu em 1964 poria fim a essa situação de coexistência entre partido e sindicato, abrindo caminho para um período de ditaduras militares que duraria até 1982 (GARCÍA LINERA, 2006, p. 193).

O golpe militar de 1964 foi liderado pelo então vice-presidente da república, René Barrientos Ortuño, que representava a ala militar do governo que se aproximava cada vez mais do liberalismo dos Estados Unidos, país que contribuiu, ainda, financeira e militarmente com o golpe. O poderio político do exército já vinha crescendo, e contou com o apoio dos setores sindicais camponeses que integravam o quadro estatal, em oposição àquelas organizações mais radicalizadas da população. Estas, por sua vez, se opuseram rapidamente ao regime, juntamente com uma organização guerrilheira que passava a atuar no país sob o comando

de Ernesto Che Guevara, preso e assassinado rapidamente por este primeiro governo militar, que durou até 1969 (GARCIA LINERA, 2006).

Os dezoito anos de sucessivos governos militares foram caracterizados por uma polarização política de partidos enfraquecidos, o que contribuiu com o prolongado regime político autoritário. De um lado atuava o exército em aliança com as empresas da nova mineração, e de outro desempenhava a COB um papel unificador das tendências nacionais-populares de origem urbana e rural. As ditaduras militares mantiveram como predominantes as políticas do modelo de desenvolvimentismo econômico e a subordinação clientelista característica do pacto militar-camponês (GARCÍA LINERA, 2006, p.193); as guinadas mais conservadoras ou progressistas dependeram das medidas de cada governo militar.

Houve, na gestão Barrientos, direcionamento de recursos estatais ao novo empresariado mineiro, diminuição dos direitos sociais dos trabalhadores, repressão às tentativas insurgentes dos sindicatos operários e guerrilhas, assim como houve, nos dois anos seguintes ao primeiro período, sob os ditames de dois outros militares, alianças com intelectuais civis para a nacionalização de hidrocarbúrficas, juntamente com a nacionalização de outras empresas mineiras e concessão de co-governo à COB. O general Hugo Banzer Suárez, que governou de 1971 a 1977, e aproveitou dos recursos públicos e da dívida externa para seu apoio ao setor agroindustrial da porção leste do país (GARCIA LINERA, 2006).

A crise do modelo de desenvolvimento autoritário-estadista na Bolívia confluiu com a política de apoio dos EUA à democratização do continente, então exercida pelo presidente Carter, o que revelava uma mudança na política internacional deste país. Nesta fase, havia uma demanda grande do operariado pelo retorno da democracia, o que conglomerava forças com o ressurgimento do movimento indígena aimará que havia sofrido intensa repressão militar anos antes (GARCÍA LINERA, 2006, p. 194).

A abertura política rumo à democratização ocorreu após três eleições gerais e quatro golpes de Estado:

Quatro grandes partidos competiram nessas tentativas de democratização: uma frente de organizações da esquerda moderada, a Unidade Democrática e Popular (UDP), composta da ala de esquerda do antigo MNR, do Partido Comunista Boliviano (PCB) e do Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), contando com nascentes facções indígenas e apoio da COB; o antigo MNR, dirigido pelo ex-presidente Victor Paz, com posições conservadoras;

a Ação Democrática Nacionalista (ADN), que era o partido criado pelo ex-ditador Banzer para proteger sua retirada das funções governamentais; e o Partido Socialista Uno (PS-1), dirigido pelo carismático líder Marcelo Quiroga Santa Cruz, com posições de caráter estritamente socialista (GARCÍA LINERA, 2006, p. 194-195).

O resultado foi a vitória da coalizão de esquerda *Unidad Democrática y Popular* (UDP), com o apoio de apenas um terço do eleitorado. Dessa forma, o Congresso, com a maioria de direita, nomearia o próximo presidente e definiria as linhas de governabilidade até a abertura política em 1985. Hernán Siles Zuazo, esquerdista, foi o primeiro presidente do ciclo democrático que dura até hoje, ciclo este que já se iniciava em meio a mobilizações sociais (GARCÍA LINERA, 2006).

O insucesso do governo da coalizão da UDP abriu espaço para o fortalecimento e domínio do neoliberalismo durante os quinze anos posteriores.

Com a herança da pesada carga da dívida externa, que passara de 300 milhões a 3 bilhões de dólares durante a última década de ditaduras, com uma economia mineira em decadência que iniciou a retração da economia, somada a uma inaptidão no manejo do aparelho estatal, o governo esquerdista provocou uma hiperinflação de 8.700% que culminou na sua renúncia e na convocação antecipada das eleições (GARCÍA LINERA, 2006, p. 195).

As eleições ocorreram em 1985 e a vitória do neoliberalismo concentrou dois terços do eleitorado até 2002. Durante todo este período, diante da impossibilidade de qualquer um dos partidos neoliberais obter a vitória absoluta, foram realizados pactos de governabilidade entre os maiores deles, MNR, ADN e MIR, que governariam a partir da aplicação das políticas de livre mercado (GARCÍA LINERA, 2006) estabelecidas pelas reformas estruturais assinadas pelo Consenso de Washington.

Desmantelou-se a estrutura da esquerda sindical e partidária, representadas pela COB e pela UDP, respectivamente, e o pensamento da direita conservadora aparecia agora, na sua forma neoliberal, travestido de um discurso progressista que prometia renovações - isso, pode-se dizer, ocorria em âmbito mundial. Na Bolívia, a instauração de uma ordem que não contava com a contrapartida das esquerdas citadas acima, criou-se a falsa noção do fim da divisão entre "direita e esquerda" (GARCÍA LINERA, 2006, p. 195), reduzindo a disputa dos espaços

de Ernesto Che Guevara, preso e assassinado rapidamente por este primeiro governo militar, que durou até 1969 (GARCIA LINERA, 2006).

Os dezoito anos de sucessivos governos militares foram caracterizados por uma polarização política de partidos enfraquecidos, o que contribuiu com o prolongado regime político autoritário. De um lado atuava o exército em aliança com as empresas da nova mineração, e de outro desempenhava a COB um papel unificador das tendências nacionais-populares de origem urbana e rural. As ditaduras militares mantiveram como predominantes as políticas do modelo de desenvolvimentismo econômico e a subordinação clientelista característica do pacto militar-camponês (GARCÍA LINERA, 2006, p.193); as guinadas mais conservadoras ou progressistas dependeram das medidas de cada governo militar.

Houve, na gestão Barrientos, direcionamento de recursos estatais ao novo empresariado mineiro, diminuição dos direitos sociais dos trabalhadores, repressão às tentativas insurgentes dos sindicatos operários e guerrilhas, assim como houve, nos dois anos seguintes ao primeiro período, sob os ditames de dois outros militares, alianças com intelectuais civis para a nacionalização de hidrocarbúrficas, juntamente com a nacionalização de outras empresas mineiras e concessão de co-governo à COB. O general Hugo Banzer Suárez, que governou de 1971 a 1977, e aproveitou dos recursos públicos e da dívida externa para seu apoio ao setor agroindustrial da porção leste do país (GARCIA LINERA, 2006).

A crise do modelo de desenvolvimento autoritário-estadista na Bolívia confluíu com a política de apoio dos EUA à democratização do continente, então exercida pelo presidente Carter, o que revelava uma mudança na política internacional deste país. Nesta fase, havia uma demanda grande do operariado pelo retorno da democracia, o que conglomerava forças com o ressurgimento do movimento indígena aimará que havia sofrido intensa repressão militar anos antes (GARCÍA LINERA, 2006, p. 194).

A abertura política rumo à democratização ocorreu após três eleições gerais e quatro golpes de Estado:

Quatro grandes partidos competiram nessas tentativas de democratização: uma frente de organizações da esquerda moderada, a Unidade Democrática e Popular (UDP), composta da ala de esquerda do antigo MNR, do Partido Comunista Boliviano (PCB) e do Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), contando com nascentes facções indígenas e apoio da COB; o antigo MNR, dirigido pelo ex-presidente Victor Paz, com posições conservadoras;

a Ação Democrática Nacionalista (ADN), que era o partido criado pelo ex-ditador Banzer para proteger sua retirada das funções governamentais; e o Partido Socialista Uno (PS-1), dirigido pelo carismático líder Marcelo Quiroga Santa Cruz, com posições de caráter estritamente socialista (GARCÍA LINERA, 2006, p. 194-195).

O resultado foi a vitória da coalizão de esquerda *Unidad Democrática y Popular* (UDP), com o apoio de apenas um terço do eleitorado. Dessa forma, o Congresso, com a maioria de direita, nomearia o próximo presidente e definiria as linhas de governabilidade até a abertura política em 1985. Hernán Siles Zuazo, esquerdista, foi o primeiro presidente do ciclo democrático que dura até hoje, ciclo este que já se iniciava em meio a mobilizações sociais (GARCIA LINERA, 2006).

O insucesso do governo da coalizão da UDP abriu espaço para o fortalecimento e domínio do neoliberalismo durante os quinze anos posteriores.

Com a herança da pesada carga da dívida externa, que passara de 300 milhões a 3 bilhões de dólares durante a última década de ditaduras, com uma economia mineira em decadência que iniciou a retração da economia, somada a uma inaptidão no manejo do aparelho estatal, o governo esquerdista provocou uma hiperinflação de 8.700% que culminou na sua renúncia e na convocação antecipada das eleições (GARCÍA LINERA, 2006, p. 195).

As eleições ocorreram em 1985 e a vitória do neoliberalismo concentrou dois terços do eleitorado até 2002. Durante todo este período, diante da impossibilidade de qualquer um dos partidos neoliberais obter a vitória absoluta, foram realizados pactos de governabilidade entre os maiores deles, MNR, ADN e MIR, que governariam a partir da aplicação das políticas de livre mercado (GARCIA LINERA, 2006) estabelecidas pelas reformas estruturais assinadas pelo Consenso de Washington.

Desmantelou-se a estrutura da esquerda sindical e partidária, representadas pela COB e pela UDP, respectivamente, e o pensamento da direita conservadora aparecia agora, na sua forma neoliberal, travestido de um discurso progressista que prometia renovações - isso, pode-se dizer, ocorria em âmbito mundial. Na Bolívia, a instauração de uma ordem que não contava com a contrapartida das esquerdas citadas acima, criou-se a falsa noção do fim da divisão entre "direita e esquerda" (GARCÍA LINERA, 2006, p. 195), reduzindo a disputa dos espaços

mais radicais. Isso traz análises antagônicas, que o colocariam, de um lado, dentro do dito "novo populismo", e, de outro, dentro da esperança de difusão de uma "frente socialista" pela América Latina.

De uma maneira ou de outra, parece que a Bolívia caminha rumo à construção de um novo sistema político, com um conjunto de medidas de inclusão dos povos indígenas e um novo regime de desenvolvimento econômico como guia da sociedade nas próximas décadas. Falta definir para o período seguinte qual será a nova composição entre propriedade estatal, economia tradicional urbano-rural e inversão externa na economia nacional, e qual será a presença e o poder dos povos indígenas na estrutura do Estado (GARCÍA LINERA, 2006, p. 197).

O que se pode perceber é que a instabilidade social e política da Bolívia parte inevitavelmente dos conflitos entre uma elite numericamente reduzida e todo o montante populacional do país. A ONU apurou que, até outubro de 2005, cem famílias controlam 25 milhões de hectares na Bolívia enquanto 2 milhões de camponeses têm, ao todo, acesso a 5 milhões de hectares de terra, o que quer dizer que cem grandes proprietários detêm cinco vezes mais terras do que os outros 2 milhões pequenos proprietários restantes, o que não inclui, ainda, os outros 250 mil trabalhadores rurais sem terra que existem no país. De acordo com este mesmo relatório da ONU, desde o início da Reforma Agrária em 1953, até 1993, mais de 26 milhões de hectares foram distribuídos pelo Estado. No entanto, 87,5% deles se destinou aos grandes proprietários, muitas vezes da agroindústria e de famílias próximas aos governantes.

O resultado obtido é de que hoje, apenas 55% de tais propriedades rurais representam menos de 1% da terra cultivada no país. Isso tudo revela a utilização programa de Reforma Agrária pela classe dominante, ao longo de meio século, em favor de seu interesse no desenvolvimento da agricultura comercial de alta mecanização e em grande escala.

Atualmente, a porção leste da Bolívia, representada por Santa Cruz de la Sierra, continua comandada por uma pequena elite e destinada à agroindústria, tendo sido, ao longo do tempo, muito protegida pelos governos do país quanto a qualquer tipo de turbulência social. Esta região, todavia, vem reunindo forças populares e conta com um movimento de camponeses sem terra forte (MST-Bolívia), assim como outras organizações sociais que têm lutado para mudar a lógica política corrente. São setores que tem uma plataforma de reivindicações

clara, que pretende, entre outras coisas, e de uma forma geral, interromper a experiência neoliberal através de medidas como: nacionalizações de empresas estratégicas, realização de uma efetiva Reforma Agrária, avanço no processo da NCPE e reconstituição do território indígena, fatores estes em torno do projeto do Estado plurinacional.

A produção sojeira como expoente do agronegócio no país

O açúcar é o primeiro alimento que se produz em uma dimensão industrial para o consumo interno e para exportação, nos anos 60. Já nos 70 houve grandes esforços em direção à produção do algodão e do girassol. A produção de algodão não foi bem sucedida, e, então, a partir dos anos de 1980, com créditos do Banco Mundial e da Cooperação Alemã¹³, iniciam-se importantes projetos de infra-estrutura produtiva na região leste do departamento de Santa Cruz de la Sierra que dariam início ao futuro pólo sojeiro do país. Assim são construídas estradas, silos e é ampliada a rede de eletricidade. Esses são os primeiros passos do agronegócio na Bolívia.

As incursões nos cultivos de açúcar e algodão tiveram impacto apenas em relação à extensão dos cultivos. O açúcar, produção que se mantém até hoje, teve um êxito parcial. O algodão, por sua vez, causou o endividamento de muitos investidores e a quebra de um banco estatal de desenvolvimento agrícola. É a soja, portanto, que dá à região o seu caráter de indústria agrícola "bem sucedida". O grão, que entrou em cena nos anos 80¹⁴ em pequenos cultivos, ganha uma força capaz de, por um lado, gerar infra-estrutura e, por outro ampliar a fronteira produtiva. Santa Cruz tem hoje dois milhões de hectares cultivados, dos quais a metade é ocupada com soja, produto que tem destino seguro no mercado internacional, com preços estáveis, e que por vários anos esteve bem recebido no mercado andino (as taxas de importação chegavam a zero em países como Colômbia e Venezuela, até que o mercado andino entrou em crise)¹⁵.

Mundialmente, a soja ganhou força pois, depois da Segunda Guerra Mundial,

¹³Id.

¹⁴O surgimento da produção de soja na Bolívia ao qual nos referimos significa que ele estava inserindo-se ao mercado, e um mercado em expansão no mundo todo. As primeiras experiências de plantio de soja na Bolívia ocorreram mesmo em 1926 (RIBERAARISMENDI, 2008).

¹⁵Informação verbal obtida em entrevista durante trabalho de campo no país.

tornou-se a principal matéria prima para a fabricação de ração animal; os principais compradores da soja boliviana atualmente são a União Européia e a China (RIBERAARISMENDI, 2008). Essa demanda trouxe também uma série de produtos destinados à alimentação humana, como o óleo e a gordura vegetal, além de fornecer materiais para a industrialização de diversos artigos, o que significou uma mudança no padrão de consumo e alimentar em todo o mundo. Outra coisa a ressaltar é que os novos grandes produtores de soja, em especial na América do Sul, dispuseram de centenas de milhares de hectares de suas terras para tal atividade, o que naturalmente significa que, para tanto, áreas correspondentes de mata foram derrubadas. Na Bolívia não foi diferente: a chegada abrupta do agronegócio da soja em Santa Cruz veio acompanhada de um prejuízo ambiental enorme (RIBERAARISMENDI, 2008).

Foi o projeto *Tierras Bajas del Este*, desenvolvido pelo Banco Mundial e pelo então governo boliviano, que em 1985 impulsionou a produção sojeira no país. Em uma década a produção do grão contaria com uma linha industrial completa para seu beneficiamento e conversão em produtos como óleo e massa de soja. Mas esse processo não se deu isolado de um de seus países vizinhos: é a partir de 1990 que começam a chegar brasileiros à região; brasileiros com capital e conhecimento produtivo para o avanço do setor no país¹⁶. Nessa época um hectare de terra na região de Santa Cruz de la Sierra podia ser comprado por cem dólares, e assim vieram atraídos do Brasil investidores de diversos tipos, alguns já com experiência na produção no Brasil, outros agrônomos técnicos de grandes empresas agrícolas naquele país, etc. Alguns, em pouco tempo se radicaram na Bolívia e ali se mantiveram; outros seguiram com as fazendas no Brasil e tocavam os negócios conjuntamente.¹⁷

Não se pode falar do desenvolvimento da soja na Bolívia sem mencionar o Brasil. Com este setor amplamente desenvolvido nas duas últimas décadas e com o mercado aberto ao exterior, os produtores brasileiros que na Bolívia

¹⁶Contudo, desde a década de 60 já vinham chegando à Bolívia outros grupos estrangeiros, como de japoneses e menonitas, por meio da política de incentivo à migração interna e externa adotada a partir da lei de Reforma Agrária de 1953. A presença destes estrangeiros para o desenvolvimento do agricultura no oriente foi bastante fundamental, pois, em momentos de crise econômica na Bolívia, o setor podia manter-se em função do capital vindo de fora (RIBERAARISMENDI, 2008).

¹⁷Informação verbal obtida em entrevista durante o trabalho de campo.

chegaram traziam tecnologia de semente, cultivo, plantio, melhoramento, etc., e com o tempo foram sendo criados institutos de pesquisa que realizassem intercâmbio entre os dois países, sempre na esfera privada¹⁸. Dessa maneira, observamos que o desenvolvimento do agronegócio na Bolívia aconteceu tranquilamente, com apoio estatal e também com rápida vinculação ao mercado internacional de *commodities*, assim como no seu vizinho maior. Um processo que se iniciou mediado pelo mercado, com a oferta de terra barata na Bolívia, hoje chega a envolver o jogo diplomático entre os dois países¹⁹.

Indiscutivelmente, hoje, o complexo oleaginoso da Bolívia exerce um papel determinante nas economias regional e nacional boliviana. A cena política do país atualmente abrange um intenso debate acerca da questão agrária e da reforma agrária, o que quer dizer que o modelo do agronegócio adotado está em permanente discussão e avaliação. No entanto, essa centralidade do setor na movimentação da economia da Bolívia é um fato dado e aceito pela ampla gama de setores envolvidos no debate: governamentais, empresariais, organismos de cooperação multilateral e, naturalmente, as agremiações dos produtores e beneficiadores dos produtos (PÉREZ LUNA, 2007). Dados de 2003 nos apresentam as seguintes informações sobre a produção de soja na Bolívia:

- Contribuye con el 6% en la formación del PIB nacional.
- Aporta com la cuarta parte de las exportaciones bolivianas.
- Genera 45 mil empleos directos, com tendencia a crecer en función del área cultivada.
- Más de un tercio de la superficie sembrada en Bolivia corresponde a oleaginosas.
- Moviliza el transporte interno en forma significativa, desencadenando otros efectos multiplicadores en la economía.
- Las inversiones en el sector alcanzan los 700 millones de dólares (PÉREZ LUNA, 2007, p.127).

O cultivo da soja na Bolívia nos dias de hoje localiza-se principalmente no departamento de Santa Cruz, na chamada zona integrada (que compreende as

¹⁸Duas instituições bastante presentes no ramo são a Fundacruz, www.fundacruz.org.bo, e a Fundação Mato Grosso, www.fundacaomt.com.br.

¹⁹Informação verbal obtida em entrevista durante o trabalho de campo.

regiões de Montero, Okinawa e Mineros), na zona de expansão (regiões de Pailón, Tres Cruces e San José), e, mais recentemente, também nas regiões de San Pedro e San Julián. No departamento de Tarija, ao sul de Santa Cruz, no Gran Chaco, também há algo de produção sojeira, mas em menor proporção.

La soya es una planta leguminosa, cuyas más antiguas referencias de su cultivo datan de 3.000 años AC., en la China. Las primeras experiencias agrícolas en América datan de 1804 (Pensylvania) y de 1882 en Brasil. Empieza a ser cultivada en Santa Cruz de la Sierra en 1928, los primeros estudios en Bolivia fueron en 1950. La característica más notable de este grano es el contenido de proteína que supera en promedio el 40% y la cantidad de aceite que supera el 20%. La soya es una planta de día corto, la mayoría de las variedades existentes están adaptadas a latitudes altas (subtropical-templado). En general, requiere como mínimo 300mm. de lluvia anual, su productividad aumenta con el aporte hídrico. La soya no es muy exigente en suelos ricos en nutrientes, por lo que el cultivo se ha adaptado a suelos relativamente pobres. Su mejor desarrollo se da en neutros o ligeramente ácidos. Es especialmente sensible a los encharcamientos del terreno, por lo que no prospera en suelos de textura arcillosa y con tendencia a encharcarse. Existen más de tres mil variedades de soya, con ciclos vegetativos que fluctúan desde los noventa días hasta cerca de los doscientos, y con diferentes exigencias en cuanto a la duración del día y requerimientos de suelo. **El consumo humano directo de la soya y sus aceites derivados en el mundo es muy bajo, en términos de comparación a otros productos agrícolas, esto significa menos de un 10% el mayor porcentaje está destinado a la alimentación animal y diversos usos industriales** (RIBERA ARISMENDI, 2008, grifo nosso).

A entrada da produção boliviana de soja no mercado dá-se a partir da década de 50, impulsionada pelo decreto de Reforma Agrária de 1953 que passaria a desenvolver a indústria capitalista no campo na porção oriental do país. Um primeiro impulsionador desse processo foi o Plan Bohan, lançado em 1940 como uma parceria entre os governos boliviano e estadunidenses, e que sugeria o desenvolvimento e integração do país para a produção de maior quantidade de bens de consumo; é a partir dele que se inicia a chamada "marcha para o oriente" e que é instalado o principal engenho açucareiro de Santa Cruz até hoje, o Ingenio Guabirá. Nesse processo também ocorreu a colonização da região de

Santa Cruz, tanto com gente que vinha do ocidente do país como com estrangeiros, e os primeiros foram os japoneses e menonitas²⁰, nas décadas de 60 e 70, respectivamente (RIBERA ARISMENDI, 2008).

El núcleo donde empezó el fenómeno de la soya fue la denominada "Zona Integrada" de Santa Cruz (contigua al norte de la ciudad de Santa Cruz de la Sierra), en la cual convergieron, en una primera etapa, colonizadores japoneses, menonitas, colonos collas de las tierras altas y campesinos cruceños. A inicios de los años 60, la soya era un cultivo marginal, predominando el algodón, caña y maíz. Ya en 1967 fueron registradas, en el oriente de Bolivia, algo más de 300 hectáreas de soya, en 1975 se verificó un salto exponencial con más de 28.000 hectáreas, cifra que se triplicó para 1985, cuando se registraban 70.000 hectáreas. A mediados de los años 80, la Zona Integrada del norte cruceño ya estaba absolutamente saturada de cultivos de soya y las fronteras agrícolas buscaban expandirse en otras regiones (RIBERA ARISMENDI, 2008, p.10).

Diferente do que ocorreu com outros setores na Bolívia, a soja não sofreu a crise internacional relacionada à dívida externa nos anos 70. Isso aconteceu porque a proporção da produção que se destinava à exportação ainda era muito pequena, além de que se contava com um desenvolvimento industrial exitoso no ramo do óleo comestível voltado para o mercado interno, que ia de encontro à expansão dos centros urbanos no país. É interessante observar que esse movimento industrialização-consumo interno de tal produto ocorria concomitantemente, com alguma diferença de tempo, a outros países sulamericanos, a ressaltar o Brasil.

Esse comportamento do setor sojeiro assim seguiu: no início dos anos 80 a Bolívia sofreu com uma hiperinflação, o que provocou, de maneira generalizada, uma recessão na agricultura. No entanto, a soja continuava a apresentar crescimento, inclusive contou com a duplicação, até o final da década, da sua superfície de cultivo, além de seguirem as implantações de novas plantas industriais para beneficiamento do grão. Um outro dado é que a crise hiperinflacionária estimulou o aumento das exportações e também do contrabando, o que fez crescer ainda a demanda interna (RIBERA ARISMENDI, 2008). É importante

²⁰Informações verbais obtidas por meio de entrevistas durante o trabalho de campo.

lembrar também que tudo isso pôde ocorrer – o desenvolvimento produtivo da soja em um país com sérios problemas econômicos – porque a demanda e os preços internacionais pela soja e seus subprodutos cresciam vertiginosamente. Com isso o setor logrou também farto financiamento para o seu desenvolvimento.

Nas medidas de ajuste estrutural tomadas na década de 80 o setor sojeiro viria a ter um papel importante na reestruturação da economia da Bolívia. Em 1985, quando foram adotadas políticas de liberalização dos mercados de bens, houve ampla atuação de organismos internacionais para a implantação das novas diretrizes econômicas e planos de desenvolvimento para o país. Com o programa *Tierras Bajas del Este*, com financiamento do Banco Mundial, da *Corporación Andina de Fomento* (CAF), e outros aportes financeiros vindos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de cooperações de países europeus (como a alemã), adotou-se um projeto de ampla expansão da fronteira agrícola da soja sob imenso custo ambiental, com derrubadas de mata virgem, utilização de solos bons (que poderiam ser usados para outros gêneros alimentícios, já que a soja não o requer) e distribuição de terras estatais; isso tudo assegurou mercados para a soja boliviana na Comunidade Andina de Nações (CAN). Dessa maneira era reorientada a economia do país, de forma a utilizar o complexo produtor de soja como seu impulsionador (RIBERA ARISMENDI, 2008).

A recepção internacional para a soja e seus derivados nos anos 90 foi ainda maior:

En la década de los 90 se produce un inusitado incremento de la demanda de la soya en el mundo, producto mayormente de la apertura de las industrias de alimentos balanceados. En relación a ello, entre 1992 y 1993 se da un "boom" del cultivo de la soya en el país, subiendo la superficie cultivada a más de 200.000 hectáreas. Los siguientes años la expansión de la soya hacia el este de Santa Cruz es frenética, solo en 1997, la superficie de los cultivos aumento en 143.000 hectáreas, más de 14 veces que en los años anteriores (RIBERA ARISMENDI, 2008, p.13).

No entanto, esta década também assistiu a uma crise dos preços internacionais da soja, e, assim, a agroindústria boliviana também se prejudica. Somado a isso, os efeitos climáticos do *El Niño* afetaram a fertilidade dos solos negativamente.

Contradictoriamente, en pleno período de la crisis soyera y contracción de precios internacionales, muchos productores adoptaron una estrategia

"irracional" de expandir los cultivos a gran escala, posiblemente decidiendo "apostar" todo bajo la influencia de los excelentes precios de anteriores campañas y ante la expectativa de una rápida fluctuación positiva de los precios (Pérez, 2007). El resultado fue desastroso y un gran número de productores, especialmente medianos y grandes, se vieron enfrentados a enormes deudas y se declararon en quiebra. Urioste y Pacheco (2003) mencionan que, en dicha época, se produjo la fuga de varios productores brasileros grandes y medianos endeudados, que abandonaron tierras y maquinarias. A la crisis de los precios internacionales, los años 1998-1999, se sumaron, las condiciones climáticas adversas (sequía seguida de inundaciones) agravando el nivel de rendimiento (bajo 1.5 Tn por hectárea) y la producción total (RIBERA ARISMENDI, 2008, pp.13-14).

Os efeitos mais graves dessa crise, contudo, incidiram sobre os médios produtores, que, muito endividados, já não podiam recuperar por não ter recursos para novo plantio, não dispor mais de sementes ou maquinaria, além de sofrerem mais com a queda do rendimento dos solos. Mais recentemente, nos três primeiros anos da década de 2000, é que o setor conseguiu começar a recuperar-se, mas ainda enfrentando altos e baixos e problemas como déficit na provisão de combustível e a perda do mercado colombiano; até então o maior mercado demandante, que agora passara a negociar com os Estados Unidos em função de um tratado de livre comércio (TLC) assinado (RIBERA ARISMENDI, 2008).

Nesta década de 2000 a Bolívia tem assistido a diversos conflitos sociais e políticos:

Entre el 2003 y el 2005 fue una época de altibajos, debido a la crisis social y política, mientras que el 2006 y el 2007 se agudizo la crisis del sector debido al impacto climático del El Niño-Niña, traducido en fuertes inundaciones en las tierras bajas. En la campaña 2007, la superficie sembrada se estima que fue cercana 560.000 hectáreas, de las cuales se logro una cosecha efectiva de tan solo el 76.5%, que alcanzó 836.445 TM (Zeballos, 2008), cifras que denotan el marcado descenso de la producción (RIBERA ARISMENDI, 2008, p.26).

Os ganhos com a produção foram recuperados e a crise econômica internacional que atingiu principalmente os países desenvolvidos não foi muito sentida pelo setor.

El cultivo de la soya tiene estrecha relación con el IIRSA, así como con grandes intereses de corporaciones transnacionales. En Bolivia, la mayor parte de los más grandes productores de soya, que acaparan más de un 70% de la superficie de la producción, son brasileros y argentinos o consorcios mixtos con escasa participación nacional. Esta situación genera numerosas dudas sobre la consistencia de los beneficios reales a la nación y, en especial, a las regiones y localidades productoras. De cualquier forma, más allá de los supuestos beneficios del sector, los costos ambientales y sociales, nunca formalmente internalizados en las cuentas finales, son a primera vista muy altos. Los mercados mundiales en expansión descontrolada de los cultivos de la soya en el país, la devastación de enormes superficies de tierras naturales frágiles y ricas en recursos de la biodiversidad. Todo esto, además, bajo el incentivo perverso del IIRSA, la apertura a los transgénicos y de la lógica de los agro-biocombustibles. Se ha puesto en discusión la mitificación de los beneficios derivados de la producción soyera, basado esencialmente en los elevados ingresos derivados de la exportación al PIB. Sin embargo, tanto los costos de inversión, como de transporte y exportación, además de las pérdidas por diversos factores, hacen que los márgenes de beneficios, en especial para los municipios y poblaciones locales de las zonas productoras, y en especial para los productores pequeños, sean más bien magros. Los mayores beneficiarios del cultivo de la cadena de la soya son los grandes y medianos productores (empresarios, consorcios y otras formas corporativas), las industrias de agregación de valor, los brokers e intermediarios, las empresas transportadoras, comercializadoras y en especial las exportadoras transnacionales como CARGILL o BUNGE (RIBERA ARISMENDI, 2008, pp.07-08).

O aporte econômico oriundo da exportação da soja segue sendo fundamental ao país e a discussão sobre ela é bastante delicada e controversa, num conflito entre os ganhos econômicos e os custos sociais e ambientais (RIBERA ARISMENDI, 2008). A presença de estrangeiros na cadeia produtiva do setor traz ainda mais dúvidas em relação ao benefício conseguido pelas regiões e pela própria Bolívia.

Considerações finais

O governo de Evo Morales tem atuado em uma campanha que chama de

proceso de cambio ("processo de mudança", em espanhol), e nessa perspectiva trabalha suas políticas para as diversas esferas de alcance do Estado. O tema da nova constituição política da Bolívia é um dos mais emblemáticos por seu processo constituinte de mais de um ano ter acirrado ânimos e posições políticas opostas. A *Nueva Constitución Política del Estado* (NCPE)²¹ foi aprovada em abril de 2009 e implementará mudanças sobretudo na administração regional e participação das populações indígenas nas decisões políticas do país.

Uma outra atitude com a qual a atual gestão confirmou seu caráter foi a nacionalização parcial das empresas de exploração dos recursos naturais fósseis no país. Tal medida afetou a Petrobras, assim como empresas espanholas, argentinas e chilenas, e nacionalizou por completo a boliviana *Yacimientos Petrolíferos de Bolívia* (YPFB).

A Soberania Alimentar²² e a Reforma Agrária são um outro pilar estratégico do atual programa de governo, e que o fez criar instâncias estatais que passaram a ingerir e controlar a propriedade da terra, a produção agrícola industrial e familiar, e a planejar para médio e longo prazos uma produção agrícola auto-suficiente e desenvolvida no intuito de garantir alimentação e trabalho para toda a população boliviana.

Para tanto, dois órgãos surgiram na nova configuração boliviana, e com bastante importância para o debate da questão agrária no país: a *Empresa de Apoyo a la Producción de Alimentos* (EMAPA), empresa nacional que intervém no ramo de alimentos, e o *Instituto Nacional de Innovación Agropecuaria y Forestal* (INIAF), instituto estatal de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para o campo, nos moldes da Embrapa, no Brasil. A EMAPA tem a função de distribuir sementes, subsidiar a pequena produção e interferir no mercado interno para que o preço do alimento para o consumidor final, a população boliviana, não seja alto. Isso pode em muitos momentos significar um enfrentamento aberto

²¹A NCPE está disponível em: <http://www.fmbolivia.com.bo/descargas/Nueva-Constitucion-Politica-del-Estado-de-Bolivia.pdf>. Acesso em 30 Abr. 2010.

²²O termo Soberania Alimentar tem sido usado como um paradigma no tema da emancipação dos povos, e em oposição ao conceito oficial Segurança Alimentar adotado em diversos países e organizações internacionais. Um debate aprofundado pode ser verificado em JONSÉN, J; WINDURHF, M. Desarrollo del paradigma político de la Soberanía Alimentaria. Argumentos en su desarrollo y construcción social del paradigma. In: FERNÁNDEZ SUCH, F. (Org.). Soberanía Alimentaria: objetivo político de la cooperación el desarrollo en zonas rurales. Barcelona: Icaria, 2006.

ao grande produtor, mas de nenhuma maneira tem sido um empecilho à produção ligada ao mercado externo ou à grande propriedade da terra; afinal, como mencionamos anteriormente, a Bolívia necessita do ingresso de divisas de tais produções para a implementação de seus outros projetos.

A questão agrária na Bolívia, como em toda a América Latina, é algo que se deve analisar desde os tempos das colônias. As lutas de independência, as ditaduras e as democracias contemporâneas também tiveram que lidar com ela, e, na Bolívia, o atual processo político a torna um tema interessantíssimo de ser observado e estudado.

Referências

COSTA NETO, C. **Políticas agrárias na Bolívia (1952-1979):** reforma ou revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GARCIA LINERA, A. Bolívia. In: SADER, E; JINKINGS, I. (Org.). **Latinoamericana:** enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.

JONSÉN, J; WINDURHF, M. Desarrollo del paradigma político de la Soberanía Alimentaria. Argumentos en su desarrollo y construcción social del paradigma. In: FERNÁNDEZ SUCH, F. (Org.). **Soberanía Alimentaria:** objetivo político de la cooperación el desarrollo en zonas rurales. Barcelona: Icaria, 2006.

KAUTSKY, K. **A questão agrária** [1900]. São Paulo: Proposta, 1980.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia** [1889]. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LORA, G. **La revolución boliviana.** La Paz: Editora Difusión, 1963.

MANÇANO, B. Agronegócio. In: SADER, E; JINKINGS, I. (Orgs.). **Latinoamericana:** enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006a.

_____. Questão Agrária. In: SADER, E; JINKINGS, I. (Orgs.).

Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006b.

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: MARQUES, M. I. M; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

ONU/PNUD. **Word Development Report**, 2005. Disponível em: <http://hdr.undp.org>. Acesso em: 29 Abr. 2010.

OSTRIA GUTIÉRREZ, A. **Un pueblo en la cruz**: el drama de Bolívia. Santiago de Chile: Editorial del Pacífico S.A., 1956.

PATCH, R. W. Bolívia: assistência norte-americana em um quadro revolucionário. In: RICHARD, N. et al. **Mudança social na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PAZ BALLIVIAN, D. **Estructura agraria boliviana**. La Paz: Amigos del Libro, 1983.

PÉREZ LUNA, M. **No todo grano que brilla es oro** – una análisis de la soya en Bolívia. La Paz: Cedla, 2007.

RIBERAARISMENDI, M. O. **Expansión de la frontera agrícola**: el caso de la soya y el complejo oleaginoso. La Paz: Lidema, 2008.

ROMERO, D. COB (Central Operária Boliviana). In: SADER, E; JINKINGS, I. (Org.). **Latinoamericana**: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.

ROSSET, P. O bom, o mau e o feio: a política fundiária do Banco Mundial. In: MARTINS, M. D. (Org.). **O Banco Mundial e a terra**: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

SORUCO, X. (Org.). **Los Barones del Oriente**: el poder en Santa Cruz ayer y hoy. Santa Cruz de la Sierra: Fundación Tierra, 2008.

STÉDILE, J. P. (Org.) **A Questão Agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS/ANCA, 1994.

URIOSTE, M; PACHECO, D. **Las tierras bajas de Bolivia a fines del siglo XX**. La Paz: PIEB, 2001.